A fundamentação bíblica da noção de trabalho humano na *Laborem Exercens* de João Paulo II: a Sagrada Escritura como ponto de partida para o pensamento social de libertação na Igreja Católica

João Maurício Vieira Filho[1]
Anderson Rodrigo Souza de Almeida [2]

Resumo

O trabalho objetiva discutir a interpretação do texto de Gn 1,26-28, realizada na Carta Encíclica *Laborem Exercens* de João Paulo II, como fundamento bíblico do pensamento social católico sobre trabalho e dignidade humana; a partir da perspectiva de abordagem libertadora. A proposta é a realização de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, de caráter descritivo, cujo resultado indica que o respeito à dignidade do ser humano, verificada na antropologia bíblica do Gênesis e expressa em uma de suas dimensões fundamentais – o trabalho – possibilita a libertação das injustiças sociais.

Palavras-chaves: Trabalho. *Laborem Exercens*. Sagrada Escritura. Doutrina Social da Igreja. Libertação.

1 Introdução

O pensamento social de libertação na Igreja Católica resulta do encontro das reflexões que surgem da Revelação Cristã e dos contextos históricos. Nesta perspectiva, João Paulo II realiza na Carta Encíclica *Laborem Exercens* (LE)[3] uma interpretação do texto bíblico de Gn 1,26-28 que indica dois aspectos fundamentais do ser humano: a dignidade de pessoa e o trabalho humano.

O objetivo deste trabalho é discutir a supracitada interpretação e indicar que

[1] Possui bacharelado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (2022) e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (2018). Graduando em Teologia pela Universidade Católica de Pernambuco, tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia das religiões. Possui interesse em epistemologia teológica e pensamento social católico.

[2] Possui graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (2022). Graduando em Teologia pela Universidade Católica de Pernambuco. Possui interesse em estudos bíblicos e em epistemologia teológica.

[3] Doravante, será citado a Carta Encíclica com a sigla "LE".

este exercício hermenêutico realizado por João Paulo II é exemplar do exercício que se repete em todo o esforço da reflexão social católica, que seja: encontrar na Revelação o fundamento de pensamentos que favorecem a libertação das injustiças sociais.

O contexto mundial de falta de acesso ao trabalho é uma das bases propulsoras deste exercício de pesquisa; no contexto brasileiro em particular, o desemprego é um problema que repercute nas diversas dimensões da sociedade e é causa de inúmeras injustiças sociais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego no país, no segundo trimestre de 2023, chega a 8,0%, o que indica que 8,6 milhões de brasileiros se enquadram na categoria de desempregados. A situação do trabalho hoje não é menos calamitosa do que aquela denunciada por João Paulo II quando publicou sua encíclica sobre o tema. É possível identificar no exercício de hermenêutica bíblica, uma luz para iluminar o contexto do desemprego, "A realidade presente não deve ser ignorada, mas, ao contrário, afrontada em vista de iluminá-la à luz da Palavra. Desta luz resultará a práxis cristã autêntica, tendendo à transformação da sociedade por meio da justiça e do amor" (Pontifícia Comissão Bíblica, 2010, p. 75).

O esforço se justifica na medida em que se reconhece a relevância de apontar para a discussão sobre trabalho como denúncia à desvalorização dessa dimensão humana. A Doutrina Social da Igreja (DSI)[4] cumpre sua missão de denunciar as injustiças na medida em que utiliza de suas fontes para dialogar com os contextos sociais que se desenvolvem na história. Assim, os exercícios do exegeta e do teólogo moralista com ênfase em Moral Social associados, favorecem reflexões que podem repercutir no reconhecimento da dignidade humana e no respeito ao trabalho e ao direito dele.

A descrição qualitativa aqui desenvolvida utilizou de pesquisa bibliográfica, que privilegiou a interpretação bíblica realizada por expressões da DSI, especialmente a LE. No primeiro momento é indicada a interpretação realizada por João Paulo II, pensada desde a perspectiva da abordagem libertadora da Sagrada Escritura; depois, buscou-se explicitar que a DSI encontra na bíblia sua fundamentação e que tal exercício é propulsor de um pensamento social de

[4] A partir de agora usaremos a sigla DSI para fazer menção à Doutrina Social da Igreja.

libertação na Igreja, contextualmente, é base para o combate ao desemprego.

2 A fundamentação bíblica da *Laborem Exercens*

A fundamentação bíblica da noção de trabalho humano na Carta Encíclica *Laborem Exercens* de João Paulo II se apoia no texto bíblico de Gênesis 1,26-28, o qual é interpretado pelo papa desde uma perspectiva antropológica que indica o ser humano como imagem e semelhança de Deus e o trabalho como aspecto humano fundamental, através do qual o homem e a mulher são dignos e continuam a criação divina.

No documento "A interpretação da Bíblia na Igreja" (IBI) alguns métodos e abordagens são indicados para a interpretação das Sagradas Escrituras; entre elas está a abordagem libertadora. Esta abordagem proposta pelo documento convida o leitor a inserir, no aprofundamento das Sagradas Escrituras, sua história por meio de uma atenção às dimensões sociais e políticas nas quais tal história está circunscrita.

Para o exercício de aprofundamento bíblico desde a perspectiva da abordagem libertadora, o documento propõe alguns princípios, dentre os quais destacamos: Deus não abandonou a história, mas deseja libertação na história humana; uma proposta de exegese com a opção fundamental pelos pobres; em meio as opressões, a palavra de Deus é um alento de esperança para a prática da justiça.

Identifica-se no exercício de interpretação de Gênesis 1,26-28, realizada na LE, uma abordagem libertadora, na medida em que a noção de trabalho é apresentada como parâmetro de reconhecimento da dignidade humana, de que há em Deus uma valorização de sua criatura humana e de que a valorização da pessoa e do trabalho podem significar a superação de injustiças sociais.

Quando se direciona atenção ao texto do Gênesis tem-se que, no sexto dia da criação, Deus cria o ser humano a sua imagem e semelhança: "Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, homem e mulher ele os criou." (Bíblia de Jerusalém, 2002, Gn 1,27, p. 34). No versículo 28, é possível notar, de início, os 5 principais verbos: reproduzir, multiplicar, povoar, submeter e dominar, em forma

imperativa. O verbo dominar é assumido na reflexão da LE como exercício de continuação do poder criativo de Deus no ser humano, que cria à imagem e semelhança de Deus, na medida em que trabalha.

Conforme indica Andrade (2023) o exercício hermenêutico bíblico atual sobre o relato da criação, especialmente a partir de Gn 1,28 permite a superação do antropocentrismo que se desenvolveu na modernidade; tal compreensão associada à valorização da dignidade humana a partir do mesmo relato, realizada na LE, nos aponta a possibilidade de uma hermenêutica bíblica equilibrada e atenta à questão do ser humano.

A análise feita no Novo Comentário Bíblico São Jerônimo (2018, p. 64), traduz o fato do ser humano ser criado a imagem e semelhança de Deus da seguinte maneira: "O homem é o ápice da manifestação divina, não como um ser estático, mas como um ser que age, o qual governará todas as coisas previamente criadas". Ou seja, a ação do ser humano é o ponto principal para a análise posta, ele não pode se estatuificar, tem que agir, dominar e submeter.

Uma maneira de situar a antropologia bíblica – interpretada na LE – nos contextos históricos nos quais o trabalho humano é reduzido à mercadoria é acenar à autonomia do ser humano, quando realiza seus trabalhos: quando o ser humano reconhece sua condição natural de continuador da obra de Deus, sua força de trabalho deixa de ser instrumentalizada em vista de sua opressão e se torna mecanismo de libertação.

O problema da desvalorização e mercantilização do trabalho humano é indicativo de problemas estruturais mais sérios da vida social e de sua reflexão, que sejam, por exemplo: a valorização de antropologias reducionistas, instrumentalização da razão e a proposição de éticas utilitaristas.

A Igreja deve se preocupar com os problemas do trabalho humano que ocorrem em volta, por isso, a LE já expõe a necessidade de uma doutrina social fundamentada nas Sagradas Escrituras, visto que, na Tradição, elas tem sido basilares para a proposição de antropologias, epistemologias e éticas que respeitam a dignidade humana: "A doutrina social da Igreja, efetivamente, tem a sua fonte na Sagrada Escritura, a começar do Livro do Génesis e, em particular no Evangelho e nos escritos dos tempos apostólicos" (João Paulo II, 2008, p. 13).

Para refletir a questão do trabalho, a encíclica, tomada da passagem do Gênesis, entende a vocação da humanidade ao trabalho dado por Deus, através dos verbos principais: dominar e submeter. Mediante o trabalho, o indivíduo é capaz de dominar e submeter, cultivando, domesticando e reinventando. O documento divide o trabalho em dois sentidos, objetivo e subjetivo, a partir da compreensão destes sentidos é possível identificar que no trabalho, a pessoa realiza sua humanidade.

No sentido objetivo, que a LE entende como técnica, o trabalho é pensado como atividade que manipula a natureza, em consonância com a noção de dominação do Gênesis. Já no sentido subjetivo, a encíclica aponta para a dignidade humana: "O homem deve submeter a terra, deve dominá-la, porque, como imagem de Deus, é uma pessoa" (João Paulo II, 2008, p. 22).

3 A compreensão do trabalho como mecanismo de libertação

O alvorecer do que atualmente se conhece sistematicamente como Doutrina Social da Igreja foi um pensamento social com referências bíblicas. Este pensamento social surgiu como desdobramento da clareza que a Igreja tem de que as relações sociais constituem uma dimensão humana essencial. A Antropologia Teológica de base bíblica que busca compreender o ser humano é uma das chaves de compreensão para o magistério social da Igreja.

Com a publicação da *Rerum Novarum* (RN), a atenção do Magistério às questões sociais desde uma perspectiva bíblica ganhou um espaço. Todavia, a reflexão social da Igreja é anterior à RN. Antes de existir uma Igreja tal como a conhecemos hoje, o povo de Deus discutia sociedade. Um exemplo disso foi a atenção e denúncia às injustiças sociais, realizadas no profetismo do Antigo Testamento.

A LE, além do pano de fundo antropológico baseado no Gênesis, acena à natureza da DSI como exercício Teológico, enquanto a *Sollicitudo Rei Socialis* indica que a DSI pertence à Teologia Moral, como aponta o Compêndio da Doutrina Social da Igreja (CDSI)[5], no parágrafo 73 e, portanto, encontra fundamento bíblico.

Na esteira da Tradição da Igreja, "perita em humanidade" (Pontifício Conselho

[5] Doravante, será citado o Compêndio com a Sigla CDSI.

Justiça e Paz, 2005, p. 43), que reflete a revelação e a ensina em seu magistério (Concílio Vaticano II, 1965); os estudos e ensinos sobre o trabalho humano podem ser a matriz para a formação de uma consciência social libertadora, de modo que o diálogo entre o ensino da LE com a concepção bíblica de dignidade humana fundada na imagem e semelhança de Deus possibilite nos homens a auto apropriação consciente (Lonergan, 2010, p. 28) de que o ser humano e o trabalho não são mercadorias, senão pessoa e uma de suas "dimensões fundamentais" (João Paulo II, 2008, p. 8), respectivamente.

Lafargue (1999) já denunciava que uma má compreensão sobre o que é o trabalho pode repercutir em uma instrumentalização do ser humano, tolhendo-lhe o direito ao ócio. Há certa semelhança na compreensão do autor com a defesa da LE de que o trabalho não é superior à pessoa e que por isso o "direito ao repouso" (João Paulo II, 2008, p. 71) deve lhe ser garantido, pois o homem é homem quando não está trabalhando, ele não se reduz ao trabalho.

A LE entende que o domínio do ser humano sobre a terra indicado no Gênesis se expressa também no trabalho, mas "o trabalho é para o homem e não o homem para o trabalho" (João Paulo II, 2008, p. 24). Compreendendo isto é possível lembrar que a dominação do ser humano sobre a terra, indicada na linguagem do Gênesis, configura o fundamento de um pensamento social que respeita a dignidade da pessoa humana e se propõe universalizante, pois ainda que a bíblia seja referência para algumas religiões – como é para o ensinamento social católico, aqui discutido – é razoável pensar a dignidade humana pela força da razão humana. Assim o ensino da Igreja de base bíblica pode favorecer uma madura reflexão social que repercuta na promoção da justiça e da paz, pelo diálogo potencialmente realizável com as diversas esferas do conhecimento.

A preocupação social de João Paulo II na LE, no final do século XX, em apontar para o trabalho como chave da questão social (João Paulo II, 2008, p.14) e base de uma reflexão sobre a dignidade da pessoa humana dialoga com os contextos de libertação que insurgem no século XXI[6] e permite olhar para o

[6] João Paulo II não indica diretamente a utilização da abordagem libertadora e não alude à Teologia da libertação, em outros posicionamentos ele critica o exercício de Teologias da Libertação reducionistas, especialmente àquelas marcadas pelo materialismo. A discussão sobre a tensão

calamitoso contexto do desemprego no âmbito mundial com uma atenção nutrida pelo respeito à busca pela justiça social. Tendo em vista que, toda a Doutrina Social da Igreja tem caráter libertador (Pontifício Conselho Justiça e Paz, 2005, p. 46) e que o trabalho é parâmetro (chave) de análise social (João Paulo II, 2008, p. 8); os problemas de ordem social que dificultam os processos de evangelização e, portanto, de libertação podem ser analisados tendo a valorização ou depreciação do trabalho humano como parâmetro.

A leitura do contexto do desemprego deve, portanto, ter a valorização da compreensão do trabalho humano como pano de fundo; não basta que todos estejam trabalhando, é importante que o "homem do trabalho" (João Paulo II, 2008, p. 26) em seu exercício tenha sua dignidade respeitada.

O anúncio do Cristo Redentor é o objetivo primeiro da Igreja que não reduz sua missão às questões sociais, mas para elas não deixa de atentar na medida em que estas são espaço de realização dos propósitos evangélicos e da realização do ser humano, imagem e semelhança de Deus, visto que, "a Igreja tem a competência que lhe vem do Evangelho: da mensagem de libertação da humanidade anunciada e testemunhada pelo Filho de Deus humanado" (Pontifício Conselho Justiça e Paz, 2005, n. 49).

A compreensão teológica de que o Cristo humanado reúne em si a perfeição da humanidade proposta por Deus e indicada na linguagem simbólica do Gênesis nos demonstra que o caminho de libertação proposto pelo pensamento social católico encontra sua raiz nas Sagradas Escrituras.

Quando se pensa que na bíblia encontram-se as bases para a identificação e valorização da dignidade humana e que, também nela, o trabalho é pensado como continuação do poder criativo de Deus na pessoa; conclui-se que, a noção de trabalho da Sagrada Escritura é fundamento do pensamento social da libertação, dada a íntima relação entre o respeito à dignidade e ao trabalho como vias de libertação, já que o trabalho é ele mesmo a chave da questão social.

O duplo caráter de denunciar e anunciar da Doutrina Social, quando reflete o trabalho humano, pode ser aplicado no anúncio do Reino através da evangelização e

entre a posição de João Paulo II e tais Teologias, bem como a polissemia da noção "Teologia da Libertação" não cabem nos limites deste trabalho, mas não são desconsideradas.

na denúncia às opressões, pois a Igreja visa "a libertação de tudo aquilo que oprime o homem" (Paulo VI, 1975) e não se pode negar que o desemprego oprime o ser humano em sua totalidade, pois o priva de realizar uma de suas dimensões fundamentais, o trabalho.

Considerações finais

A Sagrada Escritura é fundamento da Doutrina Social da Igreja, no tocante à discussão sobre o trabalho, ela indica a semelhança que o homem e a mulher têm de Deus e lhe confere uma dignidade única, por meio da qual, se reconhece a importância da luta contra as injustiças sociais em vista da superação das opressões através da libertação.

O raciocínio que se desenvolve, portanto, é o seguinte: No Gênesis há uma base bíblica que indica a importância do trabalho, que, por sua vez, é chave da questão social; a mudança social acontece mediante a reflexão madura da sociedade; logo, a atenção ao trabalho em uma perspectiva bíblica pode ser mecanismo propulsor de justiça social.

Referências

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

CLIFFORD, Richard J. Gênesis. *In:* BROWN, R. E., FITZMYER, J. A., MURPHY, R. E (Org.). **Novo Comentário Bíblico São Jerônimo***:* Antigo Testamento. São Paulo: Paulus, 2018, p. 59-98.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Dogmática Dei Verbum**. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html. Acesso em: 17 out. 2023.

ANDRADE, Aíla Luzia Pinheiro de. Bíblia e sustentabilidade: a consciência ecológica como paradigma de uma nova hermenêutica bíblica. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 55, n. 2, p. 383, 2023. DOI: 10.20911/21768757v55n2p383/2023. Disponível em: https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/5311. Acesso em: 23 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 01 nov. 2023.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica *Laborem Excercens***. São Paulo, Paulinas, 2008.

LEÃO XIII. **Carta encíclica *Rerum Novarum***. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 17 out. 2023.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, 1999.

LONERGAN, Bernard. **Insight**: um estudo do conhecimento humano. São Paulo: Realizações, 2010.

PAULO VI. **Exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi***. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi. Acesso em: 17 out. 2023.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A interpretação da Bíblia na Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2010.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da doutrina social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2005.